

# A política lingüística na América Latina Colonial e as Línguas Gerais

Leonor Lopes Fávero

Universidade de São Paulo/ Departamento de Lingüística Geral  
Universidade Católica de São Paulo/ Pós Graduação em Língua Portuguesa  
São Paulo/Brasil  
[lplfaveru@uol.com.br](mailto:lplfaveru@uol.com.br)

## Resumo

O trabalho examina a questão das línguas gerais, utilizadas nos séculos XVI e XVII no Brasil e na América espanhola, mostrando como e porque se dá a institucionalização de uma língua geral no contato com os índios: facilitava a colonização e a catequese, pois a multidão de línguas era um obstáculo (no Brasil estima-se que existiam 1175 línguas faladas por cerca de cinco milhões de índios). Essas línguas foram objeto de elaboração de gramáticas, vocabulários e dicionários, como a do náuatl e a do quéchua. Do Brasil conhecem-se a do Pe. Anchieta, a do Pe. Luís Figueira e a do Pe. Luís Vincencio Mamiani, no final do século XVII.

**Palavras-chave:** línguas gerais – política lingüística – gramáticas das línguas gerais

## Abstract

The work examines the issue of the general languages, used in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries in Brazil and in Spanish America, as it shows how and why the institutionalization of a general language in contact with the Indian population happens: it facilitated both the settlement and the catechesis, because the multitude of languages was an obstacle (it is estimated that in Brazil there were 1175 languages, spoken by nearly five million Indian people). These languages have been the elaboration's object of grammar books, vocabularies and dictionaries, such as the náuatl and the quéchua. In the 17<sup>th</sup> Century Brazil, Anchieta's, Luis Figueira's and Luis Vincencio Mamiani's grammars are acknowledged/known.

**Key-Words:** general languages - linguistic politics - grammars of the general languages

## Resumen

El trabajo estudia y analiza la cuestión de las lenguas generales, usadas en los siglos XVI y XVII en Brasil y América Española, demostrando como y porque de la institucionalización de una lengua general en el contacto con los indios: facilitó la colonización y el catecismo, por lo tanto, la multiplicidad de lenguas era un obstáculo (en Brasil hay una estimativa de la existencia de 1175 lenguas habladas para aproximadamente cinco millones de indios). Estas lenguas fueron objeto de elaboración de gramáticas, de vocabularios y de diccionarios, como por ejemplo la de náuatl y del quéchua. En Brasil son conocidas las de Padre. Anchieta, las de Padre Luis Figueira y las de Luis Vincencio Mamiani, en fines del siglo XVII.

**Palabras llave:** lenguas generales - política lingüística - gramáticas de las lenguas generales

-----

## Introdução

Apoiado na História das Idéias Lingüísticas (Auroux, 1992), o trabalho visa a examinar a questão das línguas gerais do Brasil e da América Espanhola, nos séculos XVI e XVII e o porquê da institucionalização de uma língua geral no contato com o índio, “pois retirava o

entreve que a multidão de línguas representava na conversão e facilitava o ensino do sistema de trabalho europeu” (Rosa, 2003:136).

## 1.A língua portuguesa no Renascimento

Na Idade Média, o objetivo principal da gramática, associada à retórica, é o ensino do latim, pois não nos esqueçamos de que, se o romano, ao frequentar a escola já sabia sua língua, agora precisava aprendê-la; assim a gramática, disciplina do *trivium*, se torna sinônimo de gramática latina.

A gramática latina existe e vai se tornar prioritariamente uma técnica de aprendizagem da língua. Evidentemente, essa mudança de finalidade supõe transformações e empobrecimentos: sem falar de Prisciano, basta abrir Donato para compreender que não se podem adquirir os rudimentos do latim sem um certo preparo, que teve de se fazer primeiro oralmente no vernacular, antes de se constituírem outros instrumentos pedagógicos. (Auroux, 1992:42)

O romance – a língua falada pelo povo – era unicamente o veículo para a aprendizagem do latim e, ainda no século XVI, proibido nas escolas.

Isidoro de Sevilha preconizava: “Meliores esse grammaticos quam heréticos.”

Essa tradição gramatical greco-romana “desemboca na intensa proliferação de obras gramaticais e paragramaticais (apologias, defesas, louvores, ensaios normativos ou histórico-culturais, especulações dialéticas) no Renascimento.” (Buescu, 1978:14).

Porém, se na Idade Média a disciplina ligada à retórica era a gramática latina, agora, no Renascimento, a gramática deixa de ser necessariamente a latina e incide sobre as línguas vernáculas, como término de um longo processo que começou com *De vulgari eloquentia*, de Dante:

[...] melhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma. (Fernão de Oliveira, 1536:42)

[Gramática] é vocábulo grego: quer dizer ciência de letras. E, segundo a definição que lhe os Gramáticos deram, é um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos. (João de Barros, 1540:293)

O que se propõe agora é a valorização do ensino da língua materna.

[...] a partir de uma tradição gramatical ligada à tradição latino-humanística da Idade Média, os homens do Renascimento construirão um esquema gramatical que vão aplicar às línguas modernas, como primeiro estágio da nobilitação destas. (Buescu,1984:11)

Em Portugal, os gramáticos Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros(1540) e os ortógrafos Pero de Magalhães de Gândavo (1574) e Duarte Nunes do Lião (1601), ao mesmo tempo em que garantiam a continuidade de uma tradição intelectual, mostravam estarem afinados com seu tempo, lutando pelo estudo do vernáculo e expressando o sentimento patriótico da superioridade de sua língua, principalmente diante da castelhana.

## 2. Brasil colônia – a educação jesuítica

Até a chegada de Martin Afonso (1530), quando se inicia efetivamente a colonização, a ação missionária, realizada por franciscanos e poucos padres seculares, resume-se a trabalho “descontínuo, sem maiores resultados” (Franzen, 1997), mas foi com a chegada do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, nomeado por D.João III, com o objetivo de tornar possível o povoamento, a defesa e a propagação da fé, que se firma uma política de conversão dos indígenas pela catequese e instrução: “a principal coisa que me motivou a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica.”

Como diz Mattos (1958:31) “somente pela aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã é que a colonização portuguesa poderia lançar raízes definitivas.”

Com Tomé de Souza, chegaram seis religiosos jesuítas chefiados pelo Pe. Manuel da Nóbrega, aos quais vieram se juntar, em 1550, mais quatro missionários e sete meninos órfãos já doutrinados para que auxiliassem na catequese, já que um dos objetivos da política colonizadora era a conversão dos indígenas. Segundo Leite (1943,v.1:36), esse órfãos vinham do Colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa, “moços perdidos, ladrões e maus que aqui chamam patifes”.

Como se vê, à Companhia de Jesus, recém-fundada (1534) para combater a Reforma, foi entregue a tarefa de realizar aquele objetivo, enviando ao Oriente Francisco Xavier e, ao Brasil, o padre Manuel da Nóbrega.

A partir de então, a Coroa vai apoiar “a institucionalização de uma língua geral no trato com o índio... pois retirava o entrave que a multidão de línguas representava na conversão e facilitava o ensino do sistema de trabalho europeu” (Rosa, op.cit.:136)

A mesma situação vai ocorrer na América espanhola quando línguas dos nativos – as chamadas línguas gerais – são escolhidas como veículo de comunicação.

Embora não seja possível estabelecer o número exato das línguas faladas no continente americano, quando da chegada dos primeiros europeus, Rodrigues (1993), partindo de Fernão Cardim (1584), calcula a existência de 1175 no Brasil, faladas por cerca de cinco milhões de índios., reduzidas, hoje,segundo Franchetto (2000), a cento e oitenta, faladas por cerca de 250000 a 500000 de índios.

Segundo especialistas, elas pertenciam ao tronco tupi, família tupi-guarani:

- tupinambá – litoral da Bahia
- tupiniquim – sul da Bahia e litoral de São Paulo
- tamoio – atual litoral do Rio de Janeiro

Apesar desse número de línguas, havia uma homogeneidade ao longo da costa, com diferentes nações que falavam o tupinambá, uma língua, no dizer de Rodrigues (1993:86),

...altamente funcional para os que pretendiam extrair o pau-brasil e estabelecer-se ao longo da costa: aprendida num ponto desta, permitia comunicar-se em praticamente qualquer outro. As línguas minoritárias em relação ao tupinambá não foram, por isso, objeto de maior atenção

E Fernão Cardim (op.cit.:103) assim se expressa: “Todas estas nações acima ditas, ainda que diferentes, e muitas delas contrárias umas das outras, têm a mesma língua, e nestas se faz a conversão...” . O que explica o interesse português nessa língua.

Essa homogeneidade não se encontrava no sertão, como notou o mesmo Fernão Cardim (id:106) :

Todas estas setenta e seis nações de tapuias, que têm as mais altas delas diferentes línguas, são gente brava, silvestre e indômita, são contrárias quase todas do gentio que vive na costa do mar, vizinhos dos Portugueses: somente certo gênero de tapuias que vivem no Rio São Francisco, e outros que vivem mais perto são amigos dos portugueses, e lhes fazem grandes agasalhos, quando passam por suas terras ...

Segundo Rosa (op.cit.:137):

O contato com aproximadamente 76 nações não-tupis – ou tapuias- e as tentativas para conversão desses povos implicaram a intermediação de intérpretes nativos dessas outras línguas pelos seguintes motivos: a) os portugueses perceberam que eram muitas as línguas; b) os portugueses as viam como quase impossíveis de serem aprendidas; c) seus falantes eram nômades.

Os jesuítas mostraram, desde logo, muito empenho no ensino das primeiras letras, talvez por perceberem que o trabalho de catequese não podia prescindir do ensino da leitura e da escrita. Responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenho, dos colonos, dos índios e dos escravos, procurando transformá-los em cristãos, acenando-lhes com o céu por prêmio, ou com o inferno, aos que se recusassem. Procuravam atrair as crianças, pondo-as em contato com crianças órfãs vindas de Portugal, aprendiam sua língua e a ensinavam nos colégios.

O conhecimento da língua indígena era exigido dos aspirantes à Companhia de Jesus e seu desconhecimento passou a ser considerado de menor importância se o candidato fosse versado na língua dos índios, que no Brasil substituiu o grego estudado nos cursos de humanidades nos colégios jesuíticos da Europa. Assim, saber tupi era condição fundamental para o bom êxito da catequese.

A Congregação Provincial de 1568 assim se expressava:

Scire namquam linguam brasilicam vobetur esse pars ut cum illis facilius possent dispersari; dummodo virtute et aliis bonis partibus sint ornati. (Congregação, 41:299, apud Leite, 1943:563)

O missionário se torna o intermediário entre o índio e o colonizador e, pode-se perguntar: porque o tupi (= tupinambá) e não o português? uma das razões apontadas por Rosa (2003) é a diferença numérica: nos primeiros oitenta anos do Descobrimento vieram duzentos e oitenta mil portugueses e de 1581 a 1640, as estimativas variam de quinhentos a cinco mil por ano. Considerando-se os naufrágios e as mortes por causas variadas, o número pode ser bem menor.

### 3. As gramáticas das línguas gerais

Em todas as regiões conquistadas, inclusive América espanhola e Brasil, aconteceu o mesmo: as línguas faladas pelos nativos foram objeto de elaboração de gramáticas, vocabulários e dicionários feitos pelos missionários católicos como a *Arte de la lengua mexicana*, escrita pelo franciscano André de Olmos em 1547 e a gramática da *lengua general de los índios de los reynos del Peru*, como aparece na primeira gramática do quechua, do frade dominicano Domingo de Santo Tomás, escrita em 1560.

Navarro (1995) apresenta uma relação de sessenta e oito gramáticas conhecidas de línguas da América espanhola e portuguesa dos séculos XVI ao XVII, quer publicadas, quer inéditas, saltando aos olhos a maior extensão da produção da América espanhola, Considere-se, também, que os reis Felipe II e Felipe III favoreceram essa explosão de gramáticas pela

...necesidad que tenían los índios de tener todos una misma lengua la mexicana, ‘ por ser lengua general’ ... Felipe III sigue recomendando la lengua de los indígenas como médio para el adoctrinamento cristiano (Sanchez Perez, 1992 :291, apud Rosa,op.cit: 139)

Além disso, a política de ensino de línguas indígenas era mais intensa e deliberada na América espanhola do que na portuguesa. Enquanto o Brasil só teve imprensa a partir de 1808, no México ela estava presente desde 1589 e uma cadeira de ensino de língua indígena (quechua) havia em Lima desde 1580, na Universidade de Lima, fundada em 1551, o que no Brasil só vai ocorrer no século XX.

No Brasil, foram escritas duas gramáticas da língua tupi (= tupinambá = tupi antigo):

- *Arte da Gramática da língua mais falada na costa do Brasil*, do Pe. José de Anchieta, escrita em São Paulo de Piratininga ou em São Vicente, entre 1553 e 1555, provavelmente em latim, utilizada nos colégios da Companhia, por determinação do visitador, pois, como já disse, o estudo da língua brasílica era obrigatório para os aspirantes ao sacerdócio.

- *Arte da língua brasílica*, do Pe Luís Figueira, publicada provavelmente em 1621 (a edição não traz o ano da impressão, mas a aprovação, para ser publicada é de 1620), escrita em português e de largo uso entre os jesuítas e os literatos da fase indigenista do século XIX, já que a de Anchieta era raríssima e sua segunda edição só saiu em 1874.

- e uma da língua da nação cariri – *Arte de Gramática da língua brasílica da nação Kariri* do Pe. Luís Vincencio Mamiani, jesuíta, em 1699.

Observe-se que as três obras intitulam-se *Arte...*, na continuidade da conceituação oriunda do modelo greco-latino.

*Ars* é tradução do grego. Aristóteles, na *Metafísica* atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo; artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelo efeito, não pelas causas. Dionísio chamou sua obra de arte gramatical, por não ser ela

especulativa, mas prática. A Gramática, a Retórica, a Poética, a Lógica, a Geometria, a Aritmética e a Astronomia são artes; a Matemática e a Física não o são, pois seu objeto é o necessário e elas não são instrumentais. É no sentido de gramática como uma das *Artes Liberales* da Idade Média (própria dos homens livres), que vamos ter do Renascimento até o século XVIII, obras intituladas *Arte de Gramática*, *Arte e Gramática*. Note-se que no século XVI, a designação aparece quase exclusivamente em obras gramaticais das chamadas línguas exóticas.(Fávero, 2001)

A gramática escrita pelo Pe. Anchieta era de uma língua ágrafa, falada por diferentes nações, em uma grande extensão de território e tinha certamente variantes dialetais que Anchieta percebeu e a elas se refere:

Os Tupis de Sam Vicente, que são além dos Tamoijs do Rio de Janeiro nunca pronúncia a última consoante do verbo affirmativo (1b)

... Apud Carijós também quer dizer com de cõpanhia, Açõnderupî, vou contigo (43b)

Navarro (op.cit.) acredita que, ao escrever a obra, em São Vicente ou em São Paulo, entre 1553 (data em que chegou a essa região) e 1555 (ano em que Nóbrega a levou para a Bahia), Anchieta não tinha plena consciência das variantes dialetais que a língua possuía e que estas considerações são resultado das muitas viagens e mudanças de residência que Anchieta realizou durante os quarenta e três anos em que viveu no Brasil.

Essa variante – o tupiniquim – falada em São Paulo e São Vicente é que teria originado a língua geral paulista, levada pelos bandeirantes a Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e norte do Paraná de meados do século XVII ao século XVIII

A obra de Anchieta foi usada largamente até as primeiras décadas do século XVI quando foi publicada a de Luís Figueira. A solicitação para a publicação da obra, após uso contínuo pelos jesuítas é de 1592 e a publicação só ocorreu em 1595, em Coimbra; a segunda edição é de 1874 e teve até agora sete edições.

Porém, apesar de largamente usada, por ser a da “língua mais falada na costa do Brasil”, a língua portuguesa, embora minoritária era mais importante por ser a língua do colonizador. Segundo Silva Neto (1955 apud Rosa, op.cit), Vieira afirmara que se pregava aos índios muitas vezes em português e que para ele o português fora de Portugal era um português pelo avesso:

A língua portuguesa [...] tem avesso e direito: o direito é como nós a falamos, e o avesso como a falam os naturais [...], meias línguas, porque eram meio políticas e meio bárbaras; meias línguas, porque eram meio portuguesas, e meio de todas as outras nações que as pronunciavam ou mastigavam a seu modo.

Como disse, a variante falada em São Paulo e São Vicente vai dar origem à língua geral paulista, levada pelos bandeirantes a grande parte do país, nos séculos XVII e XVIII. Rodrigues (1996) vê mais duas línguas gerais nesse período: a língua geral amazônica ou nheengatu e o guarani.

A colonização portuguesa no Maranhão, Pará e na Amazônia em geral só se inicia em meados do século XVIII, após a expulsão dos franceses e o tupinambá, falado pelos índios tupinambás da região vai gerar o nheengatu.

Quanto ao guarani, na mesma época, desenvolveu-se o contato entre colonos espanhóis e índios guaranis, situação semelhante à que ocorreu em São Paulo, com o aumento crescente da população mestiça cuja língua materna era o guarani, criando condições para que, pouco a pouco essa língua – o guarani indígena - se transformasse na língua geral.

Todas essas mudanças e transformações são interrompidas abruptamente com a expulsão dos jesuítas por Pombal e a proibição do uso das línguas gerais, “invenção verdadeiramente abominável”.

#### 4. Referências bibliográficas

Anchieta, José de (1990 [1595]). *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição fac-similar. São Paulo, Edições Loiola.

Auroux, Sylvain (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Editora da Unicamp. Trad. Eni Orlandi.

Barros, João de (1971 [1540]). *Gramática da língua portuguesa*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Buescu, Maria Leonor (1978). *Gramáticos portugueses do século XVI*. Biblioteca Breve, vol.18. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.

\_\_\_\_\_ (1984). *Historiografia da língua portuguesa – século XVI*. Coleção Nova Universidade, Lisboa, Sá da Costa Editora.

Cardim, Fernão (1980 [1584]). “Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adorações e cerimônias” in *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.

Fávero, Leonor Lopes (2001). “Gramática é a arte...” in Orlandi, Eni (org). *História das idéias lingüísticas*. Mato Grosso, Unemat

Franchetto, Bruna (2000). “O que se sabe sobre as línguas indígenas no Brasil” I.S.A. (org.) *Povos indígenas no Brasil*. São Paulo, I.S.A.

Franzen, Beatriz Vasconcelos (1997). *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no sul do Brasil e Paraguai (1580-1640)*. Tese de doutoramento. Lisboa, Universidade de Lisboa

Leite, Serafim (1943). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 6 vols.

Mamiani, Luís Vincencio (1877[1699]). *Arte de grammatica da língua brasilica da naçam Kiriri*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional

Mattos, Luiz Alves de (1958). *Primórdios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Aurora.

Navarro, Eduardo de Almeida (1995). *A problemática lingüística do Renascimento às Missões e as gramáticas da língua tupi de José de Anchieta e Luís Figueira*. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo.

Oliveira, Fernão de (1975 [1536]). *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional. Casa da Moeda

Rosa, Maria Carlota (2003). "A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII" in Bessa Freire, José Ribamar e Rosa, Maria Carlota (orgs.) *Línguas gerais*, Rio de Janeiro Editora da UERJ.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1993). "Línguas indígenas. 500 anos de descobertas e perdas." *D.E.L.T.A.*, 9, 82-104

----- (1996). "As línguas gerais sul-americanas" *Papia*, vol 4, no.2